

CIDADE E IMIGRAÇÃO:

a freguesia de Santo Antônio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas (1880-1930)

City and immigration: the de Santo Antônio neighborhood and galegos in cariocas streets (1880-1930)

Érica
SARMIENTO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

domecelle@hotmail.com

André Nunes de
AZEVEDO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

andazi@bol.com.br

RESUMO

Tomando por base o contexto de uma cidade em rápida e significativa transformação como foi o Rio de Janeiro do período em tela, este artigo discute as características dos imigrantes galegos que habitaram a Freguesia de Santo Antônio entre 1880 e 1930. Da mesma maneira, com base na análise da documentação pertinente, debate sobre a forma de inserção social desse imigrante no espaço em questão, suas atividades profissionais, nichos de atuação e dificuldades encontradas nesse espaço da cidade. O artigo procura ainda entrecruzar dados desses imigrantes em seus sítios de origem com os dados sobre a ocupação desses galegos naquela freguesia carioca.

Palavras-chave: imigrantes; galegos; Rio de Janeiro; Santo Antônio.

ABSTRACT

Based on the context of a city in rapid and significant transformation as was the Rio de Janeiro for the period in question, this article discusses the nature of Galician immigrants who inhabited the Santo Antônio between 1880 and 1930. Similarly, based on the analysis of the relevant documentation, discusses the form of social integration that immigrant in the space, his professional activities, niches of expertise and difficulties in that city space. The article seeks to intersect data of these immigrants in their home sites with data on the occupation of these Galician carioca this parish.

Keywords: immigrants; galicians; Rio de Janeiro; Santo Antônio.

A travessa do comércio ostentou ontem à noite o mesmo triste espetáculo [...] Dezenas de imigrantes espanhóis e italianos ali procuravam abrigar-se e passar a noite em promiscuidade e abandono que quaisquer que sejam as causas é deprimente para a administração pública. Acreditemos que eles não têm direito ao acolhimento nas hospedarias do Estado, nem razão justificada para se queixarem da falta de ocupação, mas a sua vagabundagem e a sua miséria, ainda que merecida, não podem continuar daquele modo sem grave responsabilidade dos poderes públicos.

Dêem-se-lhes agasalhos, ou permita-se-lhes que voltem aos países de onde vieram ainda mesmo com o sacrifício do Estado. Os interesses da boa imigração são muito mais importantes do que os motivos regulamentares que possam explicar e até justificar o abandono daquela gente.¹

O Paiz, 1889

No ano de 1889, período auge da imigração de massas, o jornal *O Paiz* pede que as autoridades se responsabilizem pelos emigrantes, ao mesmo tempo em que os julga mercedores da situação em que se encontram, submersos na vagabundagem e na miséria. O discurso ambíguo, veiculado pelo periódico carioca, faz parte do cenário que se formava na então capital brasileira: o Rio de Janeiro. Receptora de imigrantes e vivendo o seu período de modernização, a cidade, em 1920, já abrigava 20% de população estrangeira. No censo de 1906, dos 210.515 imigrantes, 133 mil eram portugueses, 25.557 italianos e mais de 20 mil eram espanhóis. No censo de 1920, o quadro se repete com os espanhóis, que mantiveram o terceiro lugar como contingente imigratório no Rio (MOTTA, 1982, p. 141).

O Rio de Janeiro do início do século XX, uma cidade com forte presença de imigrantes, passou por quatro transformações substantivas fundamentais para a reconfiguração da sua vida urbana. Em primeiro lugar, em 1888, verificou-se a abolição da escravidão. Esse fato incrementou uma migração em massa do campo para a Capital Federal, então a maior cidade do Brasil, realizada sobretudo por ex-escravos e indivíduos livres, porém despossuídos. O fim da escravidão também provocou o aumento pela demanda por mão de obra imigrante, então considerada mais produtiva e - mesmo dentro das teorias raciais então vigentes no Ocidente (SCHWARCZ, 1993, p. 15-29) - superior do ponto de vista intelectual. Assim, imigrantes europeus eram vistos pela elite política brasileira como fundamentais no processo de construção de uma nação recém-constituída historicamente. Esse conjunto de migrações e imigrações evocado pelo fim da escravidão levou o Rio de Janeiro a registrar no início do século XX uma marca expressiva de 55% de sua população com origem exógena à cidade.² O fenômeno do fim da escravidão, portanto, teve significativo impacto na constituição do Rio de Janeiro como uma urbe *melting pot*, espaço agregador de grande diversidade antropológica, um cadinho cultural que unia o negro liberto, europeus meridionais, populações eslavas, árabes, nordestinos, mineiros e populações egressas do interior do estado do Rio de Janeiro, sobretudo das regiões de Campos e do vale do Paraíba, as mais impactadas com o fim da escravidão do interior fluminense. Todo esse contin-

gente de migrantes e imigrantes também colaborou substancialmente para o aumento da população da cidade. De 522.651 habitantes em 1890, o Rio de Janeiro saltou para 811.443 moradores, em 1906, e disparou para 1.157.873 residentes em 1920.³

Em segundo lugar, a cidade foi o palco do golpe republicano, que cambiou o regime político brasileiro. A mudança de regime não foi um simples detalhe. Na condição de capital da recém-proclamada República, o Rio de Janeiro foi palco de uma sucessão de revoltas. A instabilidade derivada do processo de construção de uma nova arquitetura política cobrou o seu preço para a vida urbana carioca. O Rio de Janeiro, que já era percebido como um espaço confuso, comparado a uma cidade bazar oriental, e ainda repleta de epidemias, passou a ser notada também como urbe revoltosa, palco de um sem-número de revoltas, rebeliões e quarteladas, que preencheram todas as duas primeiras décadas do novo regime. O Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas foi, antes de mais nada, uma cidade conturbada, com formas espontâneas de ocupação do espaço urbano egressas da experiência da vila escravista, epidemias e endemias, assim como uma sucessão de rebeliões pontilhando a maioria dos anos iniciais do novo regime. Não sem razão, o historiador Nicolau Sevckenko classificou a capital republicana como “inferno social” (SEVCENKO, 2003, p. 72-94).

Em terceiro lugar, por força do final da escravidão, o Rio de Janeiro registrou o fenômeno do Encilhamento. Com o fim do sistema de trabalho cativo, os bancos e demais instituições financeiras viram-se descobertas como credoras. O lastro de seus empréstimos, sua caução, era, em grande monta, a propriedade escrava do tomador (TANNURI, 1977, p. 6). Com o fim da escravidão, a caução dos credores volatilizou-se, e a emissão monetária descentralizada, egressa desde fins do Império, veio em socorro de uma economia comprometida. Não obstante, o fenômeno do Encilhamento esteve para muito além de um mero registro econômico. Ele teve forte impacto sociocultural:⁴ transformou os critérios de legitimação social da cidade que, desde então, passaram a ser, cada vez mais, postados na dimensão do ganho material.⁵ O resultado desse fenômeno, para muito além da economia, foi acrescer à cidade-inferno social a imagem, contraditória à mesma, de cidade-oportunidade, cidade de ganhos, que chegava com o imaginário espanhol, e especialmente o galego. Assim, o Rio de Janeiro assomava dois distintos registros, o de cidade infernal por um lado, lugar de epidemias e demais dificuldades, e de urbe de oportunidades, incitadora da imigração estrangeira. O Encilhamento criou no Rio de Janeiro um espírito de arrivismo e uma ideia de que a cidade seria um lugar ímpar quanto a oportunidades de enriquecimento, cabendo apenas ao esforço individual o acesso à riqueza. Durante as duas décadas iniciais da Primeira República estiveram em voga o dente de ouro, o cordão de ouro, os padrões de consumo para ostentação, bem como os jogos de azar, que nunca encontraram tamanha vigência no Brasil.⁶ Um conceito se afirmou no imaginário social carioca: o de que só não enriqueceria na cidade aqueles que não estivessem dispostos a trabalhar e/ou que não fossem espertos para alcançar a riqueza. A urbe carioca seria a terra das oportunidades, e só os tolos não se sucederiam com êxito nela.

Em quarto lugar, e grande propulsora da imigração europeia, esteve a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro,⁷ executada, por um lado, pelo Presidente Rodrigues Alves, sustentado pelo consórcio entre os cafeicultores de São Paulo e o Clube de Engenharia carioca, arautos do progresso enquanto desenvolvimento material, e de outro, pelo Prefeito Pereira Passos que, para usar um personagem castelhano, afigurou-se como uma espécie de “Quixote” de uma civilização pautada em referências europeias, exógenas à cidade. A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro teve como uma de suas maiores preocupações a captação de mão de obra imigrante europeia, a fim de sanar o problema da escassez de braços na lavoura cafeeira paulista e cumprir com uma estratégia de “embranquecimento”, vista então pela elite política paulista como condição *sine qua non* do desenvolvimento nacional. Não foi sem razão que o governo de Rodrigues Alves expediu um número recorde de cartões postais da cidade reformada destinada à propaganda no exterior. Assim, a Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, levada a cabo entre 1903 e 1906, cumpriu um papel decisivo no incremento da imigração europeia à Capital Federal no início do século XX.

No entanto, a freguesia de Santo Antônio, onde se localizava a Lapa, era muito mais do que um lugar de criminosos, malandros, prostitutas e “invertidos”, como indicou Brasil Gerson. Pelo censo urbano de 1890, essa freguesia contava com 37.397 habitantes (NORONHA, 1965, p. 123), ou seja, um salto populacional de 82% de seu contingente, que somava 20.639 habitantes em 1870 (ABREU, 2008, p. 54). Tratava-se, portanto, de uma freguesia que crescia em ritmo vertiginoso, acompanhando a velocidade de progressão populacional da cidade em fins do século XIX. O crescimento dessa freguesia deveu-se a sua afirmação paulatina, desde fins do século XIX como lugar de lazer no Rio de Janeiro. Só a rua do Lavradio, principal logradouro que arregimentava imigrantes espanhóis na freguesia, concentrava dois teatros, o Apolo e o Politeama. Essa rua se destacava ainda pela alta concentração de cafés, chopos berrantes (EDMUNDO, 2003, p. 294-295; TINHORÃO, 2005, p. 135-147) e restaurantes, além de contar com um velódromo, um clube de pelota basca e ser a sede da banda luso-brasileira, as duas últimas instituições espaços de agregação da população imigrante ibérica do Rio de Janeiro (GERSON, 2000, p. 221). Assim, a grande presença de imigrantes galegos e ibéricos em geral se justificava pela farta oferta de trabalho gerada pelo centro de lazer que era a freguesia: hotéis, bares, restaurantes, cafés, cabarés, casas de jogo, entre outras atividades (GERSON, 2000, p. 219-228) que empregavam o braço imigrante. Desta forma, era conveniente ao estrangeiro alocar-se próximo ao seu meio laboral, pois seria um facilitador de sua vida cotidiana, além de fator de poupança com a economia realizada no transporte cotidiano ao trabalho. Não obstante, embora destacado centro de lazer na urbe, o bairro ainda mantinha forte tônus residencial, uma marca que trazia desde o início do século XIX, pois ainda em fins do século XVIII a região permanecia pantanosa, das mais encharcadas da cidade (GERSON, 2000, p. 220). Dentre os 2.081 prédios da freguesia, 1.627 eram domicílios, cerca de 75% de seu total (ABREU, 2008, p. 55). Somam-se a essas habitações as estalagens e pequenas hospedarias, que abrigavam vários galegos. A freguesia contava ainda com nove escolas primárias (SANTOS, 1965, p.

124) mantidas pela prefeitura, as quais garantiam a oferta de ensino ao filho dos imigrantes que estabeleciam família na localidade. A região possuía ainda um importante comércio varejista (SANTOS, 1965, p. 124) e 97 prédios destinados à indústria (ABREU, 2008, p. 55), que se concentravam sobretudo nas ruas do Riachuelo, Lavradio, dos Inválidos, Visconde do Rio Branco, Frei Caneca, Senado, General Caldwell e Rezende (SANTOS, 1965, p. 124). Isso colaborava sobremaneira para o conforto e a empregabilidade na freguesia, elementos de atração do braço ibérico na urbe carioca.

Através do cruzamento de fontes nominativas, realizamos um estudo sobre a inserção socioprofissional dos galegos no Rio de Janeiro. As fontes que nos ofereceram dados substanciais sobre a localização dos galegos pelos logradouros cariocas foram os arquivos privados do Hospital Espanhol e do Consulado Espanhol. Essa documentação foi a base inicial para o diálogo com outras fontes qualitativas, como podem ser os processos de expulsão, os periódicos da época ou as entrevistas realizadas com os imigrantes. Os testemunhos dos imigrantes serviram para corroborar a existência e importância das localidades e, ao mesmo tempo, ajudar a identificar a classificação do imóvel, se este era uma casa de cômodos, pensão ou estabelecimento comercial.

A partir da amostra retirada das matrículas dos sócios do Hospital Espanhol e dos inscritos no Consulado Espanhol, ambos no Rio de Janeiro, formada por mais de 3.500 indivíduos, extraímos as primeiras informações da coletividade galega, como os municípios de origem, a profissão, o ano de chegada, o número de repatriados, o estado civil, a alfabetização e a localização espacial dos imigrantes nas ruas do Rio de Janeiro. Por primeira vez, vinculou-se o lugar de origem com a sociedade de destino, encontrando, dessa forma, os focos migratórios.⁸ Apesar da diferença da natureza das duas fontes, alguns dados como a profissão, o município de origem e a residência na sociedade receptora foram aproveitados numa única base de dados.

As matrículas dos sócios do Hospital Espanhol, recolhidas em três livros correspondentes aos anos de 1859 até a década de 20 do século passado, foram a fonte que mais contribuiu com informações sobre os pioneiros do período intitulado como a Grande Imigração europeia para a América Latina, entre os anos de 1880 até a década de 1930. No período de 1859 a 1880, encontramos 218 imigrantes galegos matriculados no Hospital Espanhol. Essa informação, junto com os dados pessoais de cada sócio, possibilitou a localização geográfica dos pioneiros pelos bairros cariocas, assim como a construção das cadeias migratórias⁹ e a antiguidade da emigração galega no Rio de Janeiro. Foi possível, por exemplo, distribuir os galegos pelas ruas do Rio de Janeiro, classificar as suas atividades profissionais e, a partir daí, formular uma série de perguntas: se as atividades exercidas estavam associadas ou não aos espaços físicos onde se desenvolviam; se estavam próximos a outros grupos de imigrantes de maior tradição histórica e relevância numérica; se havia concentrações de galegos em determinadas ruas; se os pioneiros procediam de zonas com tradição migratória para o Rio de Janeiro ou se exerciam atividades que foram se-

guidas pelos grupos migratórios posteriores; se esses pioneiros exerceram o papel de mediadores nas redes de socialização, ajudando os recém-chegados a conseguir o primeiro emprego e a primeira residência etc.

O emprego do termo “cadeia migratória” ou “redes” procura sempre enfatizar a circunstância em que estavam envolvidos os emigrantes após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com os patrícios já emigrados, seja através de carta, ou mesmo pelo próprio retorno. Aqueles galegos que já estavam na sociedade de recepção podiam prover os que permaneciam na Galiza com informações, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, ou por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem.

Segundo Alejandro Vázquez (1999, p. 675), acerca do efeito acumulativo das cadeias migratórias na imigração galega:

[...] como canalizadoras de demandas laborales, la emigración gallega gozó de las ventajas derivadas de un proceso emigratorio temprano, con un crecimiento decimonónico muy gradual. Esto permitió a una creciente proporción de emigrantes ser contratados o llamados para desempeñar actividades laborales en los lugares donde sus precursores se habían instalado y generado una cierta capacidad empleadora, mientras otros tuvieron que conformarse con contractos impersonales que ofertaban las expansivas actividades agrarias a través de agentes reclutadores.

Os indivíduos beneficiavam-se das cadeias migratórias, da chegada dos jovens imigrantes e do método de contrato pessoal, característico do setor terciário, onde a dependência do empregado em relação ao patrão era quase total, num contexto parafamiliar de obrigações pessoais e profissionais. Vázquez (1999, p. 675-676) afirma que o método de contratação pessoal foi uma característica da emigração galega (os chamados “patrícios” no Brasil). A remuneração era fixada pelo patrão e a partir dos seus critérios pessoais podia variar desde a avaliação da capacidade do trabalhador até os vínculos de parentesco existentes entre eles. Todos os gastos do imigrante eram controlados e limitados pelo seu patrão e o empregado só podia retirar suas economias no caso de visitas eventuais à Galiza, de demissão ou na compra do seu próprio negócio.

Segundo Devoto, sobre as posições de mediação exercidas pelos imigrantes:

Como es conocido, las posiciones de mediación son ejercidas, especialmente, por aquellos que se encuentran en un punto de mucho tránsito en el flujo social. El tipo de mediación que ejercen [...], deriva de su colocación en el espacio y ésta, a su vez, no sólo del lugar de residencia sino del tipo de actividad que desempeñan. Su situación ocupacional, tanto como su actividad institucional, son relevantes en este punto (DEVOTO, 2003, p. 351).

A riqueza da documentação relacionada às listas consulares e de associações de grande porte como o Hospital Espanhol, sem dúvida, permitiu construir tipologias e ampliar o conhecimento acerca do objeto de estudo.

A Freguesia de Santo Antônio e A Lapa: Os Arcos da Lapa, A Lapa e a Rua do Lavradio

Bairro que se tornou famoso na história da cidade pela sua vida nocturna dissoluta, bairro de cabarés baratos, de casas de baixo meretrício, de malandros, de jogadores, valentões e invertidos, e do "trottoir" de pobres mulheres ditas perdidas, como consta de muitas crônicas e livros [...] (GERSON, 2000, p. 236).

Essa era a imagem da Lapa e seus arredores desde o Oitocentismo. Um bairro boêmio, cheio de pequenos hotéis que serviam de encontros amorosos para a classe baixa ou simplesmente para hospedar trabalhadores que não tinham condições de ter uma casa própria ou pagar aluguel nas áreas mais privilegiadas da cidade. As suas ruas, como a Joaquim Silva ou as Marrecas, no começo do século XX, se converteram em ruas cheias de prostíbulos que aí permaneceram até depois da década de 1940.

Nas ruas do Lavradio, Lapa, dos Arcos, Joaquim Silva e Visconde de Maranguape, viveu, trabalhou e teve negócios uma boa porcentagem da imigração galega do Rio de Janeiro. Se somarmos os galegos que estiveram nas três ruas principais da freguesia de Santo Antônio e do bairro da Lapa (Lavradio, Arcos da Lapa e rua da Lapa), temos um total de 258 emigrantes, o equivalente a 7,6% de toda a amostra recolhida.¹⁰ A província de Pontevedra concentrou 50% dos 258 emigrantes que viviam nesta zona; A Coruña contribuiu com 36% e Ourense com 14%. Das três ruas mencionadas, a do Lavradio foi a de maior importância numérica, aglomerando 135 emigrantes (3,8% do total de toda emigração), seguida da rua dos Arcos (2,25%) e, por último, a rua da Lapa (1,23%). Esta área do Rio de Janeiro acolheu galegos de todas as províncias, porém com uma maior concentração em determinadas províncias, como Pontevedra e A Coruña.¹¹

A província de Ourense, por exemplo, estava bastante dispersa entre as ruas do Centro do Rio e também nos subúrbios. Aí temos uma realidade condizente com as características da emigração ourensana, que, ao contrário das províncias de Pontevedra e A Coruña, não tiveram concelhos (com a exceção de Melón) com altos índices de emigração. Entretanto, encontramos alguns focos tanto na freguesia de Santa Rita (ruas Senador Pompeu, Camerino e Barão de São Félix), como na freguesia de Santo Antônio (rua do Lavradio) ou na Lapa. Nesta última freguesia, contabilizamos 5,5% do total da emigração ourensana, que se divide entre vários concelhos de diferentes áreas geográficas da província, como podem ser Melón, Pereiro de Aguiar ou Xinzo de Limia. Cada concelho oferece um pequeno número de emigrantes, que, na maioria das vezes, não ultrapassa cinco pessoas. Daí a dificuldade de analisar, em nível micro, as cadeias migratórias desta província e de construir um perfil dessa emigração, tanto pela sua dispersão por diferentes bairros do Rio de Janeiro, como pela pouca concentração de vizinhos em uma mesma localidade. Supostamente, o fato de não ter um grande contingente dividido em zonas (caso dos municípios pontevedreses) ou concentrado em um único concelho (caso de Santa Comba) pode ter colaborado para a sua maior dispersão, se comparado às outras províncias, como consequência da busca

de apoio nas cadeias migratórias mais antigas e fortalecidas originárias de outras províncias. Seria uma cadeia em nível interprovincial. Também no caso de Ourense, ao ser uma emigração mais tardia para o Brasil, se comparada aos outros concelhos, predominando nas primeiras décadas do século XX, obrigou os seus vizinhos a buscarem sua inserção socioprofissional naquelas localidades onde já existiam concelhos com maior tradição.¹²

Na província de Pontevedra, apareceram 21 concelhos distribuídos por essas três ruas do Rio de Janeiro; entretanto, algumas localidades apresentam maior contingente migratório que outras. Na Lapa e na freguesia de Santo Antônio prevaleceram numericamente os municípios que limitam com o norte de Portugal e alguns do litoral sul da Galiza, como As Neves, Arbo, Tui, Gondomar ou O Rosal.

Um dos fatores explicativos para a escolha dos destinos migratórios dos galegos é a emigração *intrapeninsular*. Para o caso do Brasil, está relacionado a municípios ou áreas com forte tradição migratória a Portugal. Como exemplos, segundo estudos realizados por vários especialistas, temos a área geográfica do sudeste de Pontevedra, mais especificamente os concelhos de Pontecaldelas, Fornelos de Montes, A Lama e Cotobade; o município de Santa Comba, da província de A Coruña, e, por último, o Concelho de Melón, localizado na província de Ourense (GONZÁLEZ, 1990, p. 135-169; MALLÓN, 1977; RODRIGUEZ, 1992, p. 167-176). Esses municípios são os que apresentam o maior contingente emigratório ao Rio de Janeiro dentre todos os municípios de suas respectivas províncias (SARMIENTO, 2006).

Alguns municípios da província de Pontevedra, aqueles localizados no centro e no sul, têm uma antiga tradição emigratória ao Brasil, já registrada desde a década de 50 do século XIX. Segundo estudos realizados por Lopo González (GONZÁLEZ, 2000, p. 270-278), nos arquivos paroquiais pertencentes aos municípios de Ponte Caldelas, Fornelos de Montes, A Lama e Cotobade aparecem informações que indicam um claro predomínio de emigração a Portugal, o que facilitaria os primeiros contatos dos galegos com o Brasil. Em outra zona pontevedresa, na chamada Terra de Montes, que engloba os municípios de Beariz, Cerdedo e Forcarei, a partir de meados do século XIX, o Brasil passa a ser o principal destino de atração americano, principalmente as cidades de Santos e São Paulo e, em menor medida, Rio de Janeiro (FERNÁNDEZ, 1990, p. 182).

Ainda que nos deparemos com índices emigratórios em quase todos os concelhos pontevedreses, o centro-sul da província de Pontevedra é, sem dúvida, a zona de maior fluxo para o Rio de Janeiro. No limite com o Minho português e sofrendo influência desses vizinhos, essa região galega foi desencadeando uma emigração que atingiria quase todos os municípios pontevedreses (com maior ou menor intensidade), mantendo uma continuidade e a sobrevivência de cadeias migratórias ao longo de mais de um século. Os portugueses se adiantaram a essa emigração, claro está, por questões históricas, alternando, assim como os galegos, os destinos entre Brasil e as regiões intrapeninsulares (ALVES, 1994).

Na rua do Lavradio, onde está a maior concentração de pontevedreses, com 135 emi-

grantes (52% do total das três ruas), o município de As Neves representa 7,75% do total das três ruas e 15% dos que viveram no Lavradio. É o município com o maior número de emigrantes tanto na Rua do Lavradio como também na Rua dos Arcos. Foi o único concelho, para a toda a Galiza, que contou com mais de 20 emigrantes vivendo na Rua do Lavradio. No número 77, da mesma rua, existiu uma hospedaria onde residiram vários galegos. A documentação, muitas vezes, não deixa entrever o tipo de moradia que existia nos endereços: se era quarto, casa de cômodo, comércio etc. As fontes orais, nesses casos, contribuíram para relatar esse tipo de informação. Assim ocorreu com o n. 77, onde viveu M. G. G., nascido no concelho de As Neves: "Quando cheguei, fui morar sozinho. Era ali no morro de Santo Antônio, na rua Lavradio, 77. Moravam muitos galegos, era o chamado cabeça-de-porco, que se disse aqui. Eram mais de 50 famílias que moravam ali. Havia muita família portuguesa e brasileira também."¹³

Esse emigrante chegou em 1950, e, ainda nessa época, os galegos continuavam utilizando as pensões do Centro do Rio como a forma mais econômica de sobreviver, tal como ocorria no começo do século. A diferença da segunda emigração de massas em relação aos que emigravam no começo do século XX é que, quando conseguiam juntar as suas economias, buscavam uma casa para alugar ou para comprar nos subúrbios ou nos arredores da área central, como podia ser o bairro do Méier, Penha ou, no caso do emigrante entrevistado, o bairro de São Cristóvão. Os que podiam se permitir comprar um imóvel nos bairros mais privilegiados, mudavam-se para a zona sul, perto da praia, nos bairros do Flamengo, Botafogo ou Copacabana.

Encontramos em décadas anteriores, vivendo no número 77, da rua do Lavradio, outros emigrantes: dois do concelho de As Neves, quatro de Santa Comba, um de A Baña, um de Ponteareas, um de Salvaterra do Miño e um de Ourense. O mais antigo era do Concelho de As Neves. Chamava-se Eduardo Sánchez Gil e se registrou no consulado em 1915. Ou seja, desde 1915 até a década de 50 é provável que muitos galegos procedentes do concelho de As Neves tenham residido nessa localidade. Como as hospedarias eram lugares temporais, era relativamente comum encontrar um segundo endereço nas fichas do consulado. O próprio Eduardo Sánchez Gil, na década de 40, vivia na rua Mem de Sá, outra localidade próxima à zona central do Rio. Este concelho pontevedrês, onde mais se aglomeraram seus vizinhos, foi no número 41 da rua do Lavradio: de 14 galegos, 10 procediam de As Neves.¹⁴

As pensões populares, como os pequenos hotéis, os cortiços e as "cabeças-de-porco"¹⁵ foram uma realidade da emigração galega e portuguesa no Rio de Janeiro. Grande parte da imigração galega no Rio de Janeiro dedicou-se ao setor terciário e setor da hotelaria, iniciando as suas atividades na segunda metade do século XIX nas freguesias centrais da cidade do Rio de Janeiro, como a de São José ou a de Santo Antônio.¹⁶ Nas fichas do Consulado Espanhol, por exemplo, observamos muitos endereços, como os números 38, 63 e 170 da rua do Lavradio, que pertenciam a residências, mas que hospedavam vários

imigrantes. Nos dados pessoais do emigrante Maximino Gesteira Loural, de Redondela, aparece o seguinte endereço: “Rua do Lavradio, nº 63, Casa 2”. A antiguidade dessa rua como moradia de galegos remete ao século XIX. Entre 1879 e 1899, aparecem 12 emigrantes vivendo aí. A emigração continuou, segundo as fontes escritas, até a década de 1930 e, segundo as fontes orais, até a década de 1950.

As áreas centrais que serviam de moradia estavam unidas à vida profissional.¹⁷ Por isso, muitos galegos tiveram seus hotéis, restaurantes ou pequenos comércios também no centro da cidade. Nas fichas do Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, aparecem, no item referente ao endereço, nomes de hotéis que podiam tanto ser a residência como o local de trabalho ou ambas as coisas. Na Largo da Lapa, por exemplo, encontramos o “Grande Hotel” e o “Hotel Guanabara”. No primeiro deles, localizado no número 47, encontramos seis emigrantes vivendo nessa localidade na década de 1920, oriundos de todas as províncias galegas.

Na rua do Lavradio, os emigrantes se hospedavam e também alugavam quartos. Aproveitaram a conjuntura e a demanda do mercado para abrir suas hospedarias. Não só os do sul de Pontevedra e os de Ourense estiveram pela rua do Lavradio; também os de Santa Comba e municípios vizinhos desse concelho habitaram essa parte do Rio de Janeiro. M. M. C., de Santa Comba, não só viveu na rua do Lavradio, como também foi sócio de um dos hotéis, no número 68:

Quando cheguei estava fazendo negócio com um hotel na Rua Lavradio, 68, hoje Hotel Casablanca, naquele tempo Hotel Lavradio. Eram de rapazes conhecidos e meu pai comprou uns pontos para mim e eu fui trabalhar ali 6 meses, desde o 31 de agosto de 1957 até os primeiros dias de abril de 1958. Sai dali porque meu pai construiu o Hotel São Cristóvão. No Lavradio eu tinha 6 pontos de sociedade e em São Cristóvão tínhamos 25 pontos. Uma casa nós dividíamos em percentagens. O Lavradio continuou bastante tempo, depois eu vendi.¹⁸

Os emigrantes costumavam chamar de “pontos” as pequenas parcelas que compravam em sociedade. À medida em que as economias aumentam, os “pontos” também crescem ou, em outros casos, compravam-se “pontos” em melhores áreas da cidade. Nesse caso, o Hotel Lavradio, como disse M. M. C., eram “de rapazes conhecidos”, ou seja, de vizinhos de Santa Comba ou de galegos. A presença dos xallenses nessa freguesia era muito mais antiga. O primeiro emigrante foi encontrado em 1912 e a cadeia migratória seguiu até a década de 50.

A emigração de Santa Comba ocupou 20,3% do total dos galegos que viviam na Rua dos Arcos, no Lavradio e na Lapa - uma cifra que só está por debaixo do concelho pontevedrês de As Neves. Somente na rua do Lavradio, entre 1912 e 1939, viveram 20 xallenses, a maioria deles nos números 122 (de 18 moradores, 6 eram de Santa Comba) e 125.

No que diz respeito à emigração intrapeninsular do concelho de Santa Comba, Portugal está entre os destinos preferidos dos seus habitantes. Segundo Baudilio Barreiro, nos

seus estudos realizados sobre a jurisdição de Xallas, os emigrantes vão diretamente à cidade do Porto como moços de serviço, porque é a única capaz de absorver um número elevado de empregos temporais e de ambulantes. Entre os anos de 1757 e 1784, 18% dos varões casados havia estado em Portugal:

Las preferencias a la hora de elegir destino se las lleva Portugal ampliamente sobre Castilla. En porcentajes corresponderia el 86 % a Portugal y el 14 % a Castilla. A Portugal van como mozos de servicio en sus múltiples variantes: por eso Portugal equivale a decir Oporto, única ciudad que puede absorber un número elevado de empleos temporales y callejeros. Allí trabajan de aguadores, recaderos y mozos de mercado. A Castilla van, en cambio a trabajar en el campo, a las labores de siega y tal vez de esquila y carboneo (MALLÓN, 1977, p. 253-254).

A atividade complementar do município também possibilitou a emigração a Portugal. Apesar das famílias de Santa Comba viverem predominantemente da agricultura, com terras arrendadas ou trabalhando nas suas próprias fincas, havia um trabalho que predominava na zona e que ajudava a aumentar a economia doméstica: a *arrieria*. Através dos transportes de mercadorias, principalmente de cereais (trigo, sal e vinho), de carvão e areia, os camponeses conseguiam o dinheiro necessário para pagar seus impostos e cobrir o déficit das colheitas. Levavam as mercadorias a várias cidades galegas, como Santiago ou Pontevedra e, muitas vezes, se deslocavam até as fronteiras de Castela e de Portugal, para venderem vinho ou outros produtos (MALLÓN, 1977, p. 422-440).

Na década de 60, os galegos continuaram comprando hotéis na rua do Lavradio. J. A. I., de Mazaricos, foi um deles. Chegou no Rio de Janeiro em 1963 e, junto com os irmãos que já estavam na cidade, comprou uma hospedaria nessa rua. Segundo as palavras do emigrante: “é um lugar muito ruim, daquela não tanto. Na minha época tinha menos galegos, mas ainda era um lugar que tinha muitos galegos. Os galegos aqui no centro moravam na rua do Lavradio, na Gomes Freire [...]”.¹⁹

Nos livros de prófugos do Concelho de Santa Comba, na década de 50, encontramos 15 emigrantes vivendo na Lapa, na Rua dos Arcos e na Lavradio. Os endereços aparecem a partir da década de 50, mas sabemos que nessas ruas já havia galegos vivendo desde a primeira emigração. Na rua da Lapa, entres os anos de 1951 e 1955, moravam cinco vizinhos, e nas ruas próximas, como a dos Arcos, a Visconde de Maranguape e a Joaquim Silva, no mesmo período, havia cerca de 10 emigrantes de Santa Comba. O que está claro é que muitos xallenses se agruparam nessa freguesia carioca tanto na primeira emigração massiva como na segunda. Os municípios vizinhos de Santa Comba, como Mazaricos, Vimianzo ou Outes, também tinham emigrantes nesta zona. Foi o caso de S. J. P., de Vimianzo, que emigrou em 1960. Decidiu sair da Espanha porque já tinha o irmão no Rio de Janeiro, além de outros familiares que emigraram antes dele. O primeiro lugar onde morou foi na Lapa. O bairro lhe servia somente como residência, pois se deslocava todos os dias até Copacabana para trabalhar de garçom. Quando comprou seu próprio restaurante, foi viver em Nova Iguaçu, um município da chamada Baixada Fluminense, onde os imóveis eram mais aces-

síveis que nas áreas nobres. Dizia que “na Lapa tinha muito espanhol. Era tudo espanhol”.²⁰

Na rua do Passeio, n. 70, ainda no bairro da Lapa, estava o famoso “Restaurante Cosmopolita”, cujo proprietário era Raimundo Rodríguez Martínez, natural de Melón, e um dos sócios-fundadores e diretores do Recreio dos Anciãos. A rua do Passeio começou nas proximidades da Rua da Ajuda, a antiga localidade onde viveram diversos galegos no final do século XIX. Acreditamos que, com a extinção da Rua da Ajuda, a freguesia de Santo Antônio foi ganhando espaço e passando a ser uma das freguesias centrais de maior emigração galega.

Dos galegos que viveram na freguesia de Santo Antônio, a maioria deles trabalhou no comércio (67,2%). Não podemos comprovar em que tipo de comércio, já que prevalecem as definições de caráter mais geral como “negociantes” e “empregados”. Entretanto, arriscamo-nos a vincular a profissão dos emigrantes com o setor da hotelaria, não só pelos depoimentos dos entrevistados, como também pelas características do próprio bairro, doado de restaurantes e pensões. Isso não exclui, por suposto, o pequeno comércio.

Nos processos de expulsão de estrangeiros, uma fonte rica em informação acerca do cotidiano dos imigrantes, analisando os casos de crimes de lenocínio, crimes contra a ordem e moral pública pelo uso da prostituição, percebemos que muitos galegos eram acusados devido ao tipo de negócios que tiveram no Rio de Janeiro: as hospedarias. Por exemplo, o caso dos irmãos de Santa Comba, Celestino e Manuel Gerpe Blanco, acusados de lenocínio. O primeiro foi expulso e o segundo teve um pouco mais de sorte, porque teve condições de contratar um advogado e foi posto em liberdade.²¹ As hospedarias e casas de cômodos, abundantes no começo do século XX por oferecerem serviços baratos aos trabalhadores das classes baixas, também se transformaram em lugar de prostituição do baixo meretrício carioca. Localizadas nas ruas centrais do Rio de Janeiro, esses hotéis serviam de moradia e de “comércio do prazer” para os brasileiros e estrangeiros que combinavam as jornadas de trabalho com o ócio. Os donos do comércio alugavam quartos por hora para todos os tipos de cliente, inclusive para as prostitutas que trabalhavam nas vizinhanças.

Nesse tipo de comércio, muitos galegos investiram as suas economias, comprando pequenas participações em sociedade, sem se importarem com a localização e o tipo de cliente que frequentava esses espaços. Era um negócio rentável, de baixos investimentos e rápida ascensão. A clientela não era exigente e a escassez e a carestia dos aluguéis aumentavam a demanda pelos quartinhos de pensões e hotéis baratos. A classe trabalhadora não tinha muita opção, não podia permitir-se o luxo de pagar um aluguel de um imóvel e era necessário viver próximo ao local de trabalho para evitar longos deslocamentos entre um bairro e outro. No jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 9 de janeiro de 1908, numa série de reportagens sobre as hospedarias do Rio de Janeiro intitulada *Os quartos do vício*, um ex-proprietário de hospedarias, cuja identidade não é revelada pelo jornal, conta para os leitores o dinheiro que angariou num “quartelzinho de vício bem afreguezado”:

A hospedaria? O senhor não calcula que bom negócio é esse.

Acredite, se eu não estivesse velho [...] eu tinha desviado alguns cobres do meu capital para fundar uma; apesar, sim, apesar das muitas que agora estão aparecendo e que se fazem uma concorrência dos diabos. Mas há gente para todas, há gente para todas.

O comerciante, que depois de enriquecer com as hospedarias, se aposenta e se dedica a emprestar dinheiro a juros, lembra, com satisfação, do começo da sua inversão e dos “conhecimentos” utilizados para abrir esse tipo de negócio:

Saiba o senhor que com uns dois contos de réis [...] e uns conhecimentos entre algumas mulheres, e a hospedaria está preparada a olhos vistos. Os dois contos seriam para a mobília, só o essencial – camas, cadeiras, lavatórios; para os quartos nobres mesinhas de cabeceira.

Tudo estava muito bem calculado, tostão por tostão. O aluguel da casa podia custar 400\$ (réis), o ordenado de um encarregado uns 150\$, os gastos 120\$, somando uma despesa mensal de 660\$. Havia truques para diminuir os gastos, como por exemplo, utilizar os mesmos lençóis de um quarto para o outro, até mesmo num período de uma semana! Para ter uma clientela abundante, durante todo dia, era necessário “um conhecimento entre algumas mulheres”, o que transformava a pensão, durante o dia, em um “lugar de encontros”, e à noite, em quartos de dormir.

Numa casa de 400\$ consegue-se muito bem uns dez quartos [...] esses dez quartos nunca se alugam uma vez, às vezes se alugam três e quatro vezes por dia – a questão é ser a casa bem afreguezada! [...] Demos-lhe, porém, uma média de quinze vezes por dia. Cada quarto, numa hospedaria, – assim, assim – dá [...] nada menos de 5\$. Temos, portanto, por dia 75\$, o subsídio de um deputado! É ou não é um bom negócio! Num ano, com o capital de dous contos, numa hospedaria modesta e uma freguesia regular, um homem embolsa nada menos de vinte contos, limpinhos, sem guarda-livros, nem cobrador!²²

Como as primeiras economias só permitiam comprar pensões a preços módicos, em locais de baixo meretrício, muitas foram confundidas com casas de prostituição de baixa categoria. Entretanto, os comerciantes não tinham vínculos com as prostitutas, unicamente alugavam os quartos e se aproveitavam da situação. O emigrante de Santa Comba F. L. L. toma com bom humor seus começos no Rio de Janeiro como dono de hospedarias. Depois de deixar seu trabalho de camareiro, comprou uma pensão com quatro sócios galegos no Centro do Rio de Janeiro onde estavam as mulheres “[...] eram onde estavam aquelas mulheres. Era o sítio reservado para isso, naquele tempo era assim. Tínhamos o preço certo para cobrar e elas estavam ali praticamente nuas (risos). Tudo pelo Centro eram só hospedarias. Depois mudei de local e me senti melhor, já não tinha aquele mau ambiente.”²³

O dono de uma agência de viagens, J. S. S., conhecia bem a atividade dos xallenses no Rio de Janeiro:

Ellos tenían hoteles, pensiones. Era pensión de origen barato, ¿no? Baratas. Pero entre ellos allí, eran parejas que iban allí... en Rio de

Janeiro hay muchos moteles que pertenecen a gallegos. Hoy en día son hoteles de lujo, pero de aquella eran (risos)... Hoy, siguen con el mismo sistema, pero son moteles de lujo.²⁴

As casas de meretrício, a prostituição e o lenocínio invadiram o Centro da cidade no começo do século XX e, junto com o tráfico de mulheres brancas, viraram motivo de preocupação para a polícia e os órgãos judiciais da República. Segundo a estatística apresentada pelo delegado do 12º Distrito Federal, em 1914, contabilizavam-se na sua circunscrição 94 casas ocupadas por meretrizes, compreendendo as ruas do Lavradio, Gomes Freire, Rezende, Arcos, Senado, Visconde do Rio Branco, Riachuelo, Mem de Sá e Praça dos Arcos e Governadores. Nessas casas habitavam 299 mulheres, das quais a maioria, 160, estava composta por estrangeiras, sendo que, desse total, 33 eram russas, 30 italianas e 20 espanholas (MENEZES, 1992, p. 51). Na maioria dessas ruas, como a do Lavradio, Arcos, Senado, localizadas na freguesia de Santo Antônio e no bairro da Lapa, era onde estavam muitos hotéis de galegos, ademais das suas residências.

O processo de expulsão de Manuel Gerpe Blanco, em 1921, comprova, mais uma vez, a participação de galegos nas hotelarias cariocas.²⁵ Em 1915, sofreu a primeira detenção, responsável por ser proprietário de três hospedarias frequentadas pelo baixo meretrício. Foi posto em liberdade e vendeu todas as hospedarias que estavam vigiadas pela polícia, comprando dois prédios: um na rua da Harmonia e outro na rua Senador Pompeu (uma das ruas mais frequentadas por galegos). Para esse caso em específico, não acreditamos que o acusado fosse cáften ou adquirisse hotéis com a única intenção de utilizá-los como bordéis, ainda que os quartos fossem alugados para prostitutas. No seu processo, não aparecem depoimentos de prostitutas, nem acusações que o indiciem como explorador de mulheres, unicamente o processo denuncia a utilização do imóvel pelas meretrizes.

O advogado contratado para defender Manuel Gerpe alega a expulsão injusta, explicando que o acusado já cumpriu a sua pena, mesmo que de forma imerecida, já que ele se desfez dos seus primeiros negócios, passando a viver da renda dos seus imóveis, um deles alugado como casa de cômodos. Não existia nenhuma prova contra Manuel Gerpe, que, depois de ter cumprido a pena que lhe fora imposta, tratou de procurar novo meio de vida honesto e digno.²⁶

Para comprovar tal fato, bastava ver as escrituras de venda das antigas casas.

Tais documentos provam perfeitamente que o paciente nada tem com as casas que a policia diz serem exploradas por ele, com o comércio do meretrício, por assim expulsá-lo do território nacional, onde vive há 17 anos, só tendo unicamente contra a sua pessoa a única condenação que sofreu, cuja pena cumpriu logo após, com um meio de vida honesto.²⁷

Ademais, o advogado contava com outra arma de defesa: a expulsão do irmão do seu cliente, Celestino Gerpe Blanco, "sócio de Francisco Lima na hospedaria da rua D. Manoel, nº 60", expulso "com as falsas declarações dos comissários Péricles Barreto e investigador Bosseli, negando-lhe o direito de regeneração". Dessa vez, havia um advogado brasileiro,

envolvido na trama, e um cliente que tinha condições econômicas para pagar esse tipo de serviço. A polícia nada pôde fazer: no dia 26 de outubro de 1927, o delegado enviou uma carta ao Ministro de Justiça declarando que as provas recolhidas não eram suficientes para expulsar Manuel Gerpe Blanco e que o acusado havia sido posto em liberdade.

A história dos indesejáveis da Capital Federal e sua conseguinte expulsão foi um instrumento utilizado pelas autoridades brasileiras para impor a ordem pública contra aqueles estrangeiros pobres e contestadores do sistema, sobretudo aqueles que sustentavam uma posição ideológica, como os imigrantes anarquistas (MENEZES, 1997). A história oficial durante muito tempo quis esconder a participação das massas populares nos períodos mais conturbados da sociedade brasileira, recriminando o caráter passivo da população. Entretanto, a forma de atuação desses excluídos do sistema existiu, na maioria das vezes, de maneira não organizada, dispersa pelas ruas da cidade, coincidindo com o cotidiano contraditório da urbe, que vivia entre a sua realidade social adversa, com condições altamente precárias de moradia, epidemias e endemias que ameaçavam a própria vida do trabalhador imigrante e de suas famílias, e as proposições de progresso de uma burguesia desejava de tornar as camadas populares do Rio de Janeiro – os imigrantes galegos aí inclusos – um reflexo de si mesma, de seus hábitos burgueses de vida. O sonho da cidade do progresso e da civilização das elites políticas da Primeira República não alcançou a vida cotidiana dos imigrantes galegos na freguesia carioca de Santo Antônio.

Referências

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Porto Editores, 1994.
- AZEVEDO, A. N. de. *Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. 2003. 327 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DEVOTO, Fernando. Algo mais sobre las cadenas migratórias de los italianos a la Argentina. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 6, n. 19, p. 323-343, 1991.
- DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2003.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

FERNÁNDEZ, Camilo Cortizo. Emigración peninsular y americana en tierra de montes (1700-1914). *Revista da Comisión Galega do Quinto Centenario*, n. 7, p. 165-183, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. v. 1.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GONZÁLEZ, Domingo Lopo. Una aproximación a la emigración de la Galicia Occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes protocolares y archivos parroquiales. *Revista da comisión galega do quinto centenario*, n. 6, p. 135-169, 1990.

GONZÁLEZ, Domingo Lopo. Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950: características y puntos de destino. In: PILAR CAGIO (ed.). *Galicia nos contextos históricos*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2000. p. 269-298. (Semata 11)

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. *Espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914): contribuição à historiografia brasileira*. 1988. 189 f. Tese (Concurso à livre docência de Historiografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

MENEZES, Lená M. de. *Indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio de prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MALHEIROS, Heitor. *O Encilhamento: cenas contemporâneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Editor, 1894. v. 1.

MALLÓN, Baudilio Barrero. *La jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII*. Población, sociedad y economía. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1977.

MOTTA, Mary Hesler. *Imigração e trabalho industrial - Rio de Janeiro (1889-1930)*. 1982. 274 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói, 1982.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio-Finep, 1986. (mimeo).

NORONHA Santos. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1965.

RODRIGUEZ, M. A. Fernandez. Evolución migratoria en el municipio de Melón: mediados del siglo XVII a comienzos del siglo XX. In: EIRAS ROEL (ed.). *Aportaciones al estudio de la emigración gallega: un enfoque comarcal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1992. p. 167-176.

SANTOS, Noronha. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

SARMIENTO, Érica. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. 2006. 499 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006. (mimeo).

SARMIENTO, Érica. *Galegos nos trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1890-1930)*. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2016. (no prelo)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TANNURI, Luiz Antônio. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, FUNCAMP, 1977.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons que vêm da rua*. São Paulo: Editora 34, 2005.

VÁZQUEZ, Alejandro González. *La emigración gallega a América, 1830-1930*. 1999. 1018 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Santiago de Compostela, 1999. 2v. (mimeo).

Notas

1 *O Paiz*, 8 fev. 1889.

2 Assinalamos que José Murilo de Carvalho, oferecendo números do censo de 1890, dá nota de 28,7% da população do Rio de Janeiro originária do exterior, e 26 % provenientes de outras regiões do Brasil. Ver Carvalho (1987, p. 17).

3 Os dados relativos aos períodos apresentados entre 1872 e 1900 foram extraídos da tabela da população das cidades segundo os censos demográficos, apresentada pelo IBGE. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>.

4 O registro mais acabado desse impacto no plano social e cultural foi feito pelo Visconde de Taunay, que escreveu sob codinome. Ver Malheiros (1894).

5 Fartos exemplos de como os critérios de legitimação social passaram a centrar-se cada vez mais na aquisição material podem ser percebidos no clássico de Gilberto Freyre (1959). Essa verdadeira febre pelas conquistas materiais também aparece no trabalho de Neves (1986).

6 Essa era a ideologia dominante após o encilhamento. Segundo Carvalho (1987), a corrente política vitoriosa na Primeira República foi o liberalismo conservador, que trazia consigo um conteúdo que responsabilizava o indivíduo pelo seu sucesso ou malogro social. A ideia de enriquecimento fácil, acessível para todos que se dispusessem aos esforços para obtê-lo, fica muito clara no romance de Taunay (MALHEIROS, 1894).

7 Isso fica muito bem explicitado no discurso de posse do Presidente Rodrigues Alves, em 15 de novembro de 1902 (AZEVEDO, 2003, p. 187).

8 No Consulado Espanhol do Rio de Janeiro, levantamos todas as fichas dos imigrantes galegos falecidos do período que abrange o século XIX até a década de 1930. No Hospital Espanhol, recolhemos todas as informações referentes às matrículas dos imigrantes galegos nos primeiros livros do século XIX até a década de 1930. Após a coleta em ambas as fontes, construímos uma base de dados para cada arquivo e outra, maior, envolvendo as duas fontes, para o cruzamento de dados e interpretação da amostra da coletividade galega no Rio de Janeiro. As informações podem ser obtidas na tese de doutorado de Sarmiento (2006) ou em Sarmiento (2016).

9 Sobre questões referentes à cadeia migratória, indicamos leitura da obra de Devoto (2003).

10 A amostra utilizada neste artigo, como explicada no item anterior, é referente a 3.500 imigrantes, recolhidos nas matrículas dos sócios do Arquivo privado do Hospital Espanhol do Rio de Janeiro, a partir de 1859 até os anos 20 do século XX, e do Consulado Espanhol, a partir de 1877 até 1939.

11 Resultados extraídos das matrículas do Hospital Espanhol e das fichas do Consulado Espanhol, ambas localizadas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 a 1939.

12 Para ver a distribuição da emigração galega ao Rio de Janeiro por províncias, consulte Sarmiento (2006).

13 Entrevista de M. G. G. no dia 4 de novembro de 2003, no Rio de Janeiro. Os emigrantes entrevistados serão identificados pelas iniciais do nome e sobrenome a fim de preservar suas identidades.

14 Ver mapa "Emigração galega ao Rio de Janeiro por concelhos (1859-1939)". Os concelhos equivalem aos municípios.

15 Casas de cômodo, muito comum no começo do século XX, no Rio de Janeiro, antes das reformas urbanísticas, a partir de 1906. Eram habitações coletivas, com banheiro e cozinha também coletivos.

16 As informações podem ser obtidas na tese de doutorado de Sarmiento (2006) ou em Sarmiento (2016).

17 Ver mapa "Distribuição dos imigrantes galegos nas ruas do Rio de Janeiro (1859-1939)".

18 Entrevista. M.M.C., 12 nov. 2003, Rio de Janeiro.

19 Entrevista. J. A. I., out. 2000, Rio de Janeiro.

20 Entrevista de S. J. P., 26 set. 2000, no Recreio dos Anciãos, Rio de Janeiro.

21 Arquivo Nacional, Processo de expulsão, Pac. IJJ7 169. Só encontramos o processo de Manuel Gerpe Blanco. No seu expediente aparecia a informação de que o seu irmão Celestino já havia sido expulso por lenocínio (não encontramos o ano da expulsão). Os dois aparecem nos livros de Censo do Concelho de Santa Comba do ano de 1919. Manuel Gerpe Blanco estava inscrito no Hospital Espanhol no ano de 1919.

22 *Gazeta de Notícias*, 9 jan. 1908.

23 Entrevista. F. L. L., 10 set. 2003, Santa Comba.

24 Entrevista. J.S. S., jun. 2002, Santa Comba.

25 Arquivo Nacional. Processo de expulsão, Pac.IJJ7 169.

26 Arquivo Nacional. Processo de expulsão, Pac.IJJ7 169.

27 Arquivo Nacional. Processo de expulsão, Pac.IJJ7 169.

Érica SARMIENTO. Doutora. Professora adjunta de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - 20.550-013.

André Nunes de AZEVEDO. Doutor. Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - 20.550-013.

Recebido em 03/10/2016

Aprovado em 03/11/2016